



CNPJ 00.360.305/0001-04
SBS Quadra 04 Lotes 3/4 - Brasília-DF

MINISTÉRIO DA
ECONOMIA



Nota 20 – Tributos

(a) Demonstração da despesa de IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL			
	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Tributos Correntes	580.181	9.761	-	-
Tributos Diferidos	1.116.801	1.242.348	1.550.468	1.550.468
Passivo Fiscal Diferido	(1.357.185)	(1.770.466)	(5.956)	(5.956)
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	(1.284.280)	(1.682.609)	54.341	54.341
Depósito em Garantia	(72.905)	(87.857)	(60.297)	(60.297)
Ativo Fiscal Diferido	2.473.986	3.012.814	1.556.424	1.556.424
Diferenças Temporárias - constituição / realização	880.847	1.674.910	(1.239.074)	(1.239.074)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.593.139	1.337.904	2.795.498	2.795.498
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.696.982	1.252.109	1.550.468	1.550.468

Descrição	CONSOLIDADO			
	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Tributos Correntes	297.526	(1.052.355)	(313.258)	(313.258)
Tributos Diferidos	1.118.695	1.267.447	1.540.610	1.540.610
Passivo Fiscal Diferido	(1.355.291)	(1.753.141)	(5.399)	(5.399)
Títulos para Negociação/Objeto de Hedge	(1.284.280)	(1.682.609)	54.341	54.341
Depósito em Garantia	(72.905)	(87.857)	(60.297)	(60.297)
Outros	1.694	17.325	557	557
Ativo Fiscal Diferido	2.473.986	3.020.588	1.546.009	1.546.009
Diferenças Temporárias - constituição / realização	880.847	1.682.804	(1.249.489)	(1.249.489)
Prejuízo Fiscal / Base Negativa	1.593.139	1.337.784	2.795.498	2.795.498
Imposto de Renda e Contribuição Social do Período	1.416.221	215.092	1.227.352	1.227.352

(b) Demonstração do cálculo dos encargos com IRPJ e CSLL

Descrição	INDIVIDUAL			
	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	4.243.211	16.459.646	12.769.807	12.769.807
Encargo IRPJ e CSLL	(1.909.445)	(7.406.840)	(5.746.389)	(5.746.389)
Efeitos tributários adições e exclusões	827.843	3.505.564	3.457.198	3.457.198
Juros sobre o capital próprio	843.572	1.587.743	1.257.037	1.257.037
Participação em coligadas e controladas	632.916	2.590.109	3.057.005	3.057.005
Realização/Apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(1.593.137)	(1.337.903)	(2.795.498)	(2.795.498)
Participação dos empregados nos lucros	1.580.022	838.495	758.786	758.786
Outros	198.410	232.593	11.261	11.261
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	580.181	9.761	-	-

Descrição	CONSOLIDADO			
	2021		2020	
	2º semestre	Exercício	Exercício	Exercício
Resultado antes dos tributos e participações	5.507.047	19.169.215	13.629.962	13.629.962
Encargo IRPJ e CSLL	(2.478.171)	(8.626.147)	(6.133.459)	(6.133.459)
Efeitos tributários adições e exclusões	2.075.822	4.823.209	3.555.427	3.555.427
Juros sobre o capital próprio	843.572	1.587.743	1.257.037	1.257.037
Participação em coligadas e controladas	291.756	671.073	613.303	613.303
Realização/Apuração Prejuízo Fiscal e Base Negativa CSLL	(1.593.137)	(1.337.903)	(2.795.498)	(2.795.498)
Participação dos empregados nos lucros	1.580.022	838.495	758.786	758.786
Outros	(422.338)	991.175	2.431.146	2.431.146
Imposto de Renda e Contribuição Social Correntes	297.526	(1.052.355)	(313.258)	(313.258)

(c) Passivo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL				CONSOLIDADO			
	31/12/2021		31/12/2020		31/12/2021		31/12/2020	
	Valor							
Ajustes a Valor de Mercado de Títulos para Negociação	2.589.243	703.753	2.589.243	703.753	2.589.243	703.753	2.589.243	703.753
Atualização Monetária de depósito em garantia	2.699.976	2.612.119	2.699.976	2.612.119	2.699.976	2.612.119	2.699.976	2.612.119
Outras	-	-	-	-	-	-	-	-
Total Passivo Fiscal Diferido no Resultado	5.289.219	3.315.872	5.289.219	3.315.872	5.289.219	3.315.872	5.289.219	3.315.872
Outros	74.520	70.733	74.520	67.358	74.520	67.358	74.520	67.358
Total Passivo Fiscal Diferido no PL	74.520	70.733	74.520	67.358	74.520	67.358	74.520	67.358
Total Passivo Fiscal Diferido	5.363.739	3.386.605	5.363.739	3.383.230	5.363.739	3.383.230	5.363.739	3.383.230

(d) Ativo fiscal diferido

Descrição	INDIVIDUAL			
	31/12/2020		31/12/2021	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Diferenças temporárias	38.498.679	21.427.674	(19.565.812)	40.360.541
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.391.913	10.938.982	(11.322.835)	23.008.060
Passivos atuariais	3.730.956	91.512	258.604	4.081.072
Provisões trabalhistas	2.804.902	383.098	(41.910)	3.146.090
Ajuste a Valor de Mercado de Instrumentos Derivativos	754.529	2.792.406	(880.371)	2.666.564
Provisão para Perdas - FCVS a receber	2.279.539	259.883	(119.544)	2.419.878
Provisões civis	1.274.547	310.490	(109.164)	1.475.873
Provisão para desvalorização - bens não de uso	815.245	589.154	(815.274)	589.125
Provisões fiscais	151.846	30.884	(25.494)	157.236
Despesas de Captação não Incorridas - IHCD	-	1.511.919	(1.511.919)	-
Outros	3.295.202	4.519.546	(4.997.905)	2.816.843
Prejuízo fiscal e Base negativa de CSLL	3.291.150	1.337.906	-	4.629.056
Prejuízo fiscal / Base negativa CSLL a realizar	3.291.150	1.337.906	-	4.629.056
Total dos créditos com impacto no resultado	41.789.829	22.765.580	(19.565.812)	44.899.597
Passivos atuariais	6.548.520	-	(553.865)	5.994.655
Ajuste a valor de mercado de tit. Disponíveis p/ venda	120.458	70.224	-	190.682
Total dos créditos com impacto no PL	48.458.807	70.224	(553.865)	45.984.619
Total dos créditos tributários	48.458.807	22.835.804	(20.119.677)	51.174.934
Total dos créditos não constituídos	2.743.431	-	(2.743.431)	-

(1) O montante de crédito tributário na demonstração individual e consolidada são coincidentes em 31/12/2021. Em 31/12/2020 o total de crédito tributário na demonstração consolidada era de R\$ 48.494.800.

(e) Expectativa de realização – ativo fiscal diferido

A CAIXA realiza semestralmente estudo técnico quanto à expectativa de realização de créditos tributários em 10 anos. Os valores apurados no estudo de 31/12/2021 estão representados a seguir:

Ano de Realização	INDIVIDUAL/CONSOLIDADO	
	Valor Nominal	Valor Presente
2022	11.171.554	10.560.966
2023	5.506.922	4.976.996
2024	4.725.012	4.725.012
2025	3.692.523	3.055.970
2026	4.257.911	3.372.064
2027	2.460.563	2.460.563
2028 a 2030	19.380.549	13.721.651
Total	51.174.934	42.873.222

Nota 21 – Benefícios a empregados

(a) Benefícios de curto prazo

As provisões relacionadas com benefícios de curto prazo são compostas predominantemente por salários a pagar, 13º salário, férias, licença prêmio, abono assiduidade e participação dos empregados nos lucros, vencíveis no curso de até doze meses após o período a que se referem as demonstrações contábeis. A participação dos empregados no resultado (PLR) é apropriada mensalmente com o cálculo sobre o resultado anual líquido. Após o fechamento do Acordo Coletivo de Trabalho, esse valor é ajustado considerando as regras aprovadas.

(b) Benefícios pós-emprego

A CAIXA é patrocinadora de planos de aposentadoria, pensão, saúde complementar e auxílio/cesta-alimentação. Esses benefícios são disponibilizados a seus empregados, dirigentes, aposentados e pensionistas em decorrência das relações de trabalho ou da sucessão, em direitos e obrigações, de outras entidades (situação do extinto Banco Nacional de Habitação – BNH).

(c) Composição da provisão para benefícios a empregados

Descrição	INDIVIDUAL / CONSOLIDADO			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Valor	Valor	Valor	Valor
Benefícios de curto prazo	4.372.451	4.271.897	-	-
Natureza salarial	3.213.458	3.244.221	-	-
Participação dos empregados no lucro	1.158.993	1.027.676	-	-
Benefícios pós-emprego	24.365.944	28.507.111	-	-
Saúde CAIXA (cálculo atuarial (g.1))	10.364.135	12.066.053	-	-
Auxílio e cesta alimentação (cálculo atuarial (g.2))	1.811.869	2.003.798	-	-
Planos de benefícios – Previdência Complementar	12.189.940	14.437.260	-	-
REG/REPLAN	11.387.291	14.436.207	-	-
REB	57.006	-	-	-
Novo Plano	745.643	1.053	-	-
Total	28.738.395	32.779.008	-	-
Passivo circulante	9.828.765	9.759.330	-	-
Passivo não circulante	18.909.630	23.019.678	-	-

(d) Gestão dos planos, estrutura organizacional e governança corporativa

Os planos de aposentadoria e pensão patrocinados pela CAIXA são administrados pela Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e com autonomia administrativa e financeira, criada com base na Lei nº 6.435/1977 (revogada pela Lei Complementar nº 109/2001).

A Fundação é regida pela legislação específica do setor (<http://www.previdencia.gov.br/a-previdencia/previc/legislacao-da-previdencia-complementar/>), por seu Estatuto, pelos regulamentos dos Planos de Benefícios e por atos de gestão, a exemplo do Código de Conduta Corporativa e do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa (www.funcef.com.br/).

A FUNCEF apresenta na sua estrutura organizacional Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal, em conformidade com a Lei Complementar nº 108/2001, sendo os dois primeiros órgãos de administração e o último de controle interno.

O Conselho Deliberativo é o órgão máximo da estrutura organizacional da FUNCEF. Tem como função principal deliberar sobre o Plano de Custeio da Fundação, sobre as alterações no Estatuto nos planos de benefícios. Também avalia os balanços trimestrais, o balanço anual e a prestação de contas da empresa, analisando e aprovando seus conteúdos e pareceres. Formado por seis membros – três indicados pela Patrocinadora e três pelos participantes.

O Conselho Fiscal é responsável pelo exame de contas, livros e registros. Emite pareceres sobre balanços, contas, atos econômico-financeiros e demonstrativos. Examina o cumprimento, por parte da administração, de seus deveres legais e estatutários. É composto por quatro membros.

A Diretoria Executiva tem como missão executar os atos provenientes do Conselho Deliberativo e de seu Regimento Interno; autorizar serviços e decidir sobre bens; aprovar balanços, prestar contas; decidir planos e critérios necessários à administração; deliberar acordos que envolvam responsabilidade econômico-financeira e aprovar convênios destinados aos associados.

Os três órgãos possuem regimento interno e têm suas obrigações, competências, composição e critérios relacionados aos mandatos definidos no Estatuto da FUNCEF.

Os Estatuto também estão previstos Comitês de Assessoramento Técnico, vinculados ao Conselho Deliberativo, e de seus regimentos internos aprovados por este órgão. Com o objetivo de subsidiar os trabalhos dos três órgãos estatutários, os Comitês de Investimentos, de Benefícios, de Ética e de Qualidade das Informações Contábeis e de Auditoria são compostos por integrantes indicados pelo Conselho Deliberativo, pela Patrocinadora CAIXA e pela Diretoria Executiva.

Quanto aos planos de saúde complementar (Saúde CAIXA), auxílio/cesta-alimentação e Assistidos PREVHAB, são diretamente administrados pela CAIXA.

(e) Risco atuarial

O risco atuarial é caracterizado pela variação ou não aderência das premissas e/ou parâmetros adotadas no momento do cálculo atuarial. Decorre, especialmente, da inadequação de hipóteses e premissas atuariais estabelecidas em cenário base, no momento do custeio dos planos, que podem trazer volatilidade aos resultados esperados.

A exposição da CAIXA ao risco atuarial é evidenciada pela condição de patrocinadora e mantenedora de benefícios pós-emprego oferecidos a seus empregados, comprometendo parte do custeio desses benefícios à instituição.

O risco atuarial é considerado um risco relevante tendo em vista sua responsabilidade de longo prazo relacionada aos benefícios vitais, além da provisão em balanço, apurada conforme orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 33(R1) e Deliberação CVM nº 695/12.

(f) Estratégia de confrontação de ativos/passivos

Os planos de previdência geridos pela FUNCEF (REG/REPLAN, REB e Novo Plano), possuem ativos financeiros para cobertura dos riscos atuariais.

Conforme estabelece a Resolução CMN nº 3.792/2009, para a determinação da meta de alocação dos recursos garantidores dos planos de benefícios por segmento de investimento, a FUNCEF utiliza modelo próprio de gestão integrada de ativos e passivos, do inglês Asset Liability Management (ALM), que utiliza cenários estocásticos para evolução de ativos e passivos, considerando desde cenários pessimistas até cenários otimistas construídos a partir dos cenários aprovados pela Diretoria Executiva com amplo debate em comitês de assessoramento técnico e de investimentos – que conta com representantes de entidades representativas dos participantes, patrocinadora e FUNCEF. Esse modelo busca minimizar o risco dos planos de benefícios com rentabilidade esperada para cinco anos superando a meta atuarial acumulada mais de 1% a.a., considerando as características individuais dos planos, tais como pagamentos de benefícios, recebimentos de contribuições, capital comprometido, fluxo de recebimento de ativos e liquidez necessária.

Com relação a gestão do passivo atuarial, e o gerenciamento de risco a ele associado para fins de projeções futuras destinadas ao ALM, é utilizada metodologia estocástica, em que são geradas diversas simulações do passivo atuarial com variações simultâneas em todas as premissas previamente

estabelecidas, utilizando-se o sistema SAS. Os fluxos estocásticos consideram variações sobre as principais hipóteses atuariais, quais sejam:

- Variáveis econômicas de taxa real de juros e de crescimento real dos salários de participação;
- Variáveis biométricas e demográficas de sobrevivência ou morte do participante válido (ativo ou assistido), sobrevivência ou morte do participante inválido, sobrevivência ou morte do cônjuge, permanência do participante como válido ou entrada deste em invalidez, e rotatividade do participante.

(g) Planos de benefícios – detalhamento

(g.1) Plano de Saúde – Saúde CAIXA e PAMS

O Saúde CAIXA é o programa de assistência à saúde instituído pela CAIXA, sob a modalidade de autogestão. Tem por finalidade o atendimento médico, hospitalar, laboratorial, radiológico, odontológico, psicológico, fisioterápico, terapêutico ocupacional, serviço social, fonocardiológico e nutricional aos titulares e seus respectivos dependentes. São titulares deste plano, os empregados da CAIXA e os aposentados vinculados a FUNCEF, PREVHAB, SASSE, Fundo PMPP ou INSS.

O estatuto da CAIXA estabeleceu um teto de 6,5% da folha de pagamento como limite máximo de dispêndio total da CAIXA com a oferta de benefício de assistência à saúde. Em função do limitador dos desembolsos por parte da empresa no custeio do Saúde CAIXA, os estudos técnicos elaborados pela empresa Vesting Consultoria Financeira e Atuarial indicaram redução no Valor Presente das Obrigações (VPO), uma vez que a provisão constituída, à luz do pronunciamento CPC 33 (R1), levava em consideração a premissa de que ao percentual de 70% das despesas assistenciais, todos os desembolsos futuros seriam arcados sem limite pela CAIXA. Os efeitos desta alteração foram classificados como custo de serviço passado e foram reconhecidos no resultado, no exercício de 2017, conforme disposições do item 120 (a) do CPC 33 (R1).

O PAMS é um benefício concedido pela CAIXA aos titulares e respectivos dependentes que se encontram sob limiar judicial pendentes de julgamento e ações judiciais. Foi instituído pela CAIXA e é por ela administrado, sob a modalidade de autogestão, oferecendo cobertura médica, hospitalar, odontológica e psicológica, com atendimento por uma rede de credenciados, em âmbito nacional, obedecendo as normas e a Tabela do PAMS.

(g.2) Auxílio e Cesta-alimentação

A CAIXA oferece aos empregados e dirigentes o Auxílio e cesta-alimentação na forma da legislação vigente e do Acordo Coletivo de Trabalho. Os resultados atuariais apresentados, relativos ao Auxílio e cesta-alimentação, referem-se somente aos benefícios concedidos aos participantes assistidos que possuem direito na data da avaliação.

O Auxílio e cesta-alimentação são benefícios pagos exclusivamente aos aposentados e pensionistas mediante determinação judicial, acordo judicial ou extrajudicial. Em 2021 foram concedidos 130 novos benefícios (Em 2020 foram 277).

Os valores mensais do Auxílio e cesta-alimentação são definidos em setembro de cada ano. Para o período de 1º de setembro de 2021